

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

UMA BREVE ANÁLISE DO CONSTRUTO HISTÓRICO DOS BATISTAS NO BRASIL (1907 - 1936): permanências, direções e reflexões

Almiranice Cidade

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Atlântico e Diáspora Africana da Universidade
Estadual de Santa Cruz-UESC
cidadealmiranice@gmail.com

Resumo

O presente artigo traz uma breve análise sobre os batistas no Brasil, apresentando as permanências, direções e reflexões no construto histórico do grupo entre 1907 e 1936. O investimento dos batistas da Convenção do Sul dos EUA, no trabalho missional no Brasil, proporcionou a expansão e visibilidade denominacional através das ações evangelísticas, por meio das instituições paraeclesiásticas. No ano em que criaram a Convenção Batista Brasileira, já contavam com 83 igrejas e cerca de 4200 membros. O domínio, o racismo e o controle exercido pelos missionários da Junta de Richmond acabaram gerando alguns conflitos entre os batistas brasileiros. Em 1920, no Nordeste brasileiro, grupos batistas se organizaram em resistência à dominação missionária, cujo objetivo principal era dar autonomia a líderes nacionais que se sentiam impedidos de administrar suas atividades no Brasil. Esse movimento ficou conhecido como Movimento Radical, ocasionando cisão e perdurando até 1936.

Palavras-chave: batistas, construto histórico, racismo, resistência e autonomia.

1. INTRODUÇÃO

Os batistas comemoram um século e meio de história no Brasil. Sua presença é datada a partir da organização da Primeira Igreja Batista em Santa Bárbara d'Oeste no interior de São Paulo, por um grupo de colonos emigrados dos EUA, no dia 10 de setembro de 1871, sob a liderança do pastor Richard Ratcliff. Em 02 de novembro de 1879, foi organizada a segunda igreja, na Estação, liderada pelo pastor Elias Hoton Quillin, que ficou reconhecida no mesmo ano, pela *Foreign Mission Board of the Southern Baptist Convention*¹ - FMB- SBC, segundo Antunes de Oliveira (2005), como Missão no Brasil. Os pastores destas igrejas mantiveram contato com as lideranças da Convenção Batista do Sul dos EUA solicitando o apoio para envio de obreiros com tempo integral para o trabalho de missões e, em 1881, o primeiro casal de missionários chegou ao Brasil para iniciar um trabalho de expansão missionária entre os brasileiros. Em 15 de outubro de 1882, foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia e,

¹Órgão responsável pela nomeação, pelo envio e pelo sustento financeiro de missionários. Chamada no meio batista como Junta de Richmond.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

quatro anos após, os batistas já contavam com igrejas organizadas na cidade do Rio de Janeiro (1884), Maceió (1885) e Recife (1886).

A Bahia é considerada um centro histórico para os batistas. Foi em Salvador que eles se reuniram em Convenção Brasileira pela primeira vez em 1907. Foi também lá que pela primeira vez circulou regularmente um jornal batista "Echo da verdade" (1886), impresso nas oficinas da Tipografia da Ladeira do Aljube e que tinha como redator e diretor Zachary Taylor (TEIXEIRA, 1975). A escolha para que os missionários estivessem desenvolvendo a missão na Bahia foi uma opinião do general A. T. Hawthorn, naturalizado brasileiro em 31 de agosto de 1867. (OLIVEIRA, 2005)

Quando o missionário Bagby escreveu à Junta de Richmond, disse que a escolha para ser a Bahia o local onde a missão batista se desenvolveria consistia em alguns fatores: primeiro, por ser um Estado de grande população; segundo, havia uma população que cercava a cidade; terceiro, por ser uma cidade portuária e, por último, diferentemente do Rio de Janeiro, a Bahia era um campo desocupado, enquanto no Rio já havia outros missionários de outras denominações evangélicas. (CRABTREE, 1962)

William Buck Bagby, Zachary Clay Taylor e demais missionários trouxeram a bagagem cultural de um evangelho supranacional característico do Sul dos EUA e se viam como “povo escolhido”. Eles estiveram envolvidos nas “disputas” com a Igreja Católica e segundo Azevedo (1996) a mentalidade anticatolicismo permeou a sociedade brasileira não só entre os batistas, mas entre os protestantes brasileiros devido à experiência americana. Os Estados Unidos foram formados como nação antianglicana e com o passar do tempo se tornaram anticatólicos trazendo esse conflito para o Brasil. O autor ainda diz que a luta contra a hegemonia católica foi presente entre os batistas, que se apresentaram como possuidores de um projeto capaz de “redimir as almas” e salvar o país do atraso, vendo nos EUA o exemplo, pelo fato de ser uma nação protestante.

A mentalidade dos missionários de que a cultura anglo-europeia era superior às demais culturas corroborou um ambiente de hostilidade no campo religioso soteropolitano, com profundas marcas das religiões de matrizes africanas, e, segundo Elizete da Silva(2011), estas foram condenadas como culturalmente inferiores.Chaves (2020) diz que havia nestes missionários uma convicção de “povo escolhido por Deus”, numa visão de sua própria religião e cultura como superiores, sentindo-se “avançados” e “superiores”, aptos a civilizar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os brasileiros, com a incumbência sobre os seus ombros de alcançar as “nações pagãs” com sua ética.

Este protestantismo que se lançou para conquistar o mundo tinha algumas características específicas da mentalidade americana e entendê-lo é indispensável para a compreensão do protestantismo brasileiro e, em específico, do que foi forjado nos batistas. Destacam-se a entronização do princípio da liberdade religiosa, a instrumentação utilitária do individualismo, uma consciência denominacionalista anticatólica, a gestação de um tipo de religião civil, a formação do espírito missionário e a subjugação da razão à sua dimensão prática. (AZEVEDO, 1996)

Desde a implantação do trabalho batista, os valores e os costumes brasileiros foram desprezados por conta da visão nacionalista que os missionários trouxeram. Com a concepção que tinham do seu Destino Manifesto, os batistas e outros protestantes entenderam, também, que possuíam o estilo de vida ideal para todos os povos e que precisavam ensinar este *American way of life*. Por conta dessa concepção, durante muito tempo os missionários da Junta de Richmond ocuparam os principais postos de liderança da denominação batista brasileira.

O investimento missionário trazido pelos batistas do Sul dos EUA proporcionou a expansão do grupo por meio do qual estabeleceram um projeto com ações a partir de uma metodologia da qual envolviam o templo, a escola, as praças e o prelo. O templo como espaço da vida religiosa; a escola era a extensão que servia de instrumentalização para a conversão, a praça como o palco a partir de onde as pessoas eram atraídas pela mensagem e, conseqüentemente, para o templo e o prelo por meio do qual eles usaram a imprensa, os livros e os folhetos para propagação de suas doutrinas. (AZEVEDO, 1996)

O domínio, o controle e o racismo por parte da liderança da Convenção Batista do Sul dos EUA que predominou por quase 50 anos acabaram gerando alguns desconfortos entre os batistas brasileiros e em 1920 no Nordeste brasileiro grupos batistas se organizaram em resistência à dominação missionária americana, cujo objetivo principal era dar autonomia a líderes nacionais que se sentiam impedidos de administrar suas atividades no Brasil. Esse movimento ficou conhecido como Movimento Radical e segundo Chaves (2020) a designação “radicais” foi dada ao grupo por parte dos missionários como tentativa de desacreditar o movimento.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A proposta desta pesquisa é apresentar uma breve análise sobre as permanências, as direções e as reflexões no construto histórico dos batistas a partir de 1907 quando organizaram a Convenção Batista Brasileira até 1936, ano em que as “Novas Bases de Cooperação” haviam sido aprovadas pela Convenção Batista Brasileira e os batistas brasileiros do “Movimento Radical” se reuniram aos missionários americanos outra vez. As fontes bibliográficas e a hemerográfica: “*O Jornal Batista*” viabilizaram a análise e a compreensão de como se desenvolveu o construto histórico dos batistas no Brasil.

2. O CONSTRUTO HISTÓRICO DOS MISSIONÁRIOS BATISTAS AMERICANOS NO BRASIL: entre predominância, dominação, controle e racismo

No ano da fundação da Convenção Batista Brasileira-CBB, em 1907, os batistas brasileiros já contavam com 4.200 fiéis distribuídos por 83 igrejas, além de 50 pastores e missionários². A primeira reunião aconteceu aos 22 dias do mês de junho e estiveram presentes 43 delegados representando 39 igrejas e cooperações³. A CBB foi criada nos moldes da Convenção Batista do Sul dos EUA, cuja finalidade se encontra no artigo 2º de sua Constituição Provisória⁴: “promover missões em território nacional, como no estrangeiro”.

Embora a CBB constitua o órgão máximo dos batistas no Brasil, que se caracteriza como fator de convergência e de união entre as igrejas filiadas, que define o padrão doutrinário e que unifica o esforço cooperativo dos batistas do Brasil, no entanto permanece entre as igrejas o princípio de autonomia local. A filiação à Convenção acontece voluntariamente, as igrejas aceitam sua declaração doutrinária e seu programa cooperativo e se comprometem a apoiar e trabalhar em prol da finalidade pela qual foi criada no Brasil e no mundo⁵.

A CBB e *O Jornal Batista*, fundado desde 1901, foram catalizadores no processo do construto histórico e contribuição para a formação do pensamento batista brasileiro. O jornal foi veículo de comunicação e divulgação, fundamental para cristalizar os valores e as

²CONVENÇÃO BATISTA BAIANA. Disponível em: <https://cbbaiana.org/html/index.php/quem-somos/historia>. Acesso em 15 de julho de 2021.

³Documentos históricos da Primeira Assembleia da Convenção Batista Brasileira. Acta 1. p. 9.

⁴BAGBY et al, Constituição Provisória da Convenção Batista Brasileira das Igrejas Baptistas do Brazil.p. 5.

⁵CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Disponível em:

http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24. Acesso em 18 de julho de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

concepções religiosas ensinadas numa linguagem específica dos batistas, que no sentido definido por Michel de Certeau seria o “lugar social” de pertença ao grupo.

O Jornal Batista foi fundado pelo missionário americano e doutor em Teologia William Edwin Entzminger. Mesmo sendo mais antigo que a Convenção Batista, só veio a se tornar órgão oficial em 1909, na Assembleia da CBB, realizada na cidade de Recife. Nessa reunião, ficou designado o 3º domingo de julho como “Dia dedicado aos interesses do *Jornal Batista*”.⁶

Para compreender como se deu o desenvolvimento das igrejas batistas no Brasil e seu construto histórico, é importante entender em qual contexto foram organizadas as primeiras instituições paraeclesiais⁷ e como foi forjada a mentalidade dos missionários enviados por meio da Junta de Richmond.

Os batistas são oriundos do movimento puritano separatista inglês do século XVII. Quando o movimento batista começou a crescer na Inglaterra, por meio do número de igrejas fundadas, houve a necessidade de se estabelecer organizações que pudessem contribuir para a unidade e a coesão ideológica das igrejas formadas, sem ferir a autonomia dessas comunidades. Surgiram, assim, as associações voluntárias de igrejas que visavam ao trabalho cooperativo, com propósitos missionários. A relevância histórica dessas organizações reside na afirmação da identidade e unidade, a partir do fortalecimento da consciência denominacional entre os batistas.

Os colonos ingleses levaram para os Estados Unidos o trabalho associacional e em 1814 organizaram a Convenção Missionária Geral da Denominação Batista nos Estados Unidos da América para Missões Estrangeiras. Benilton C. Bezerra (1960) enfatiza que “Convenção”, no sentido batista, é criação dos batistas do Sul dos Estados Unidos, criada em 1845 com propósito de servir como um “centro coordenador” que deveria, além de atender aos anseios missionários, organizar o trabalho da denominação em todo o território nacional.

É importante ressaltar que a Convenção do Sul dos EUA foi criada em 1845 por conta da cisão entre as igrejas do norte e sul, gerada a partir do conflito relacionado às questões da escravidão, e, para Zaqueu de Oliveira (2011), a questão da escravatura foi mais um pretexto para a divisão. Segundo o autor, havia outras divergências, como as diferenças culturais e

⁶ O Jornal Batista. Anno IX – N 24. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1909. p. 5.

⁷ São instituições paralelas às igrejas locais. Vem daí o prefixo “para”, que quer dizer “ao lado de”. Assim sendo, as organizações paraeclesiais, entre as quais se encontram seminários, institutos bíblicos, organizações missionárias, entre outras.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

regionais. Havia um anti-intelectualismo na mentalidade sulista, segundo Gonzalez (1982), e o fato de que os principais centros docentes estavam no norte, logo toda ideia que, de algum modo, pudesse proceder de lá era rejeitada pelos do sul. E, visto que muitas ideias novas vinham do norte, segundo o autor, os batistas do sul se tornaram cada vez mais conservadores.

João Chaves (2020) destaca que os batistas do sul se viam como povo escolhido e internalizaram esse mito, que ganhou força por meio das auto identidades sulistas e batistas, e a Junta de Missões de Richmond (1845) emergiu como “agente do povo escolhido”. O autor destaca que os batistas do sul “nunca aceitaram seus correligionários afro-americanos como iguais” (p. 52). De acordo com Leonard (1990, p. 15) *apud* Chaves (2020, p 5), “os batistas do Sul funcionavam como se fossem a igreja oficial do Sul”. O evangelho que trouxeram para o Brasil foi um evangelho supranacional, o que ficou bem explícito em um dos artigos publicados em *O Jornal Batista* sobre “O que são os protestantes”:

- _ O sr. É protestante?
- _ Sou sim, sr., e tenho muita honra em sel-o, respondeu o christão.
- _ Mas nós, os livres pensadores entendemos que os protestantes são uns sectários fanáticos, uma gente da classe mais pobre e ignorante.
- _ É exacto, _acrescenta um catholico, _ e Nossa Santa Madre Igreja Romana os tem declarado hereje e os tem condenado ao inferno.
- _ Pois srs. Eu sou protestante e vos direi porque. Os protestantes baseam sua religião na Escripura Sagrada, lei de Deus [...]
- Qual é a nação que pode comparar-se com as protestantes em cultura intelectual, moral e physica? Estão na vanguarda de tudo quanto é bom e útil, em todos os ramos da actividade humana. [...] Os paizes de mais progresso hoje são Estados Unidos do Norte, Inglaterra, Allemanha, Holanda, Suíça, Dinamarca, Suécia, Noruega e França em parte: estas são as nações protestantes. Seu poder colonial é enorme e os anglo-saxônicos e germânicos protestantes estão chamados a dominar o mundo. E ainda me pergunta:
- _ O sr. É protestante?
- _ Sou sim e tenho muita honra em sel-o [...]

Por certo que a atitude trazida para o Brasil havia sido construída no tecido social sulista dos Estados Unidos, em que predominava a supremacia branca. Os indivíduos agregam e reproduzem um conjunto de formações históricas estabelecidas pela sociedade onde estão inseridos. As instituições que, por sua vez, são criadas por esses indivíduos estabelecem condutas e regras, além de estruturarem os elementos culturais, como costumes, tradições, códigos sociais, etc.

Chaves (2020) diz que os batistas trouxeram a pregação de um Evangelho supranacional e essa bagagem ideológica influenciou profundamente a formação do pensamento batista brasileiro. Para José Machado (1994), a visão salvacionista trazida para o Brasil revelou o olhar que tinham acerca do catolicismo, classificando-o como um tipo de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cristianismo distorcido que mantinha o Brasil no paganismo, desta forma, tanto o catolicismo como o paganismo precisavam ser combatidos. Eles criam que só os batistas tinham a mensagem salvadora, porque julgavam ser o “povo escolhido”. O pensamento batista brasileiro, segundo Azevedo (1996), nasceu, portanto, sob a pretensão da diferença.

As atividades missionárias foram baseadas na cultura e nos costumes dos missionários americanos e durante um bom tempo mantiveram o controle e o monopólio das atividades eclesiais nas igrejas batistas brasileiras. Trouxeram “alternativas” para o que consideravam em suas interpretações como miséria religiosa e cultural dos brasileiros, ausência das artes e da ciência, que, segundo eles, era, sem dúvida, obscuridade e ignorância dos costumes e da cultura local. O racismo praticado pelos missionários permeou nas igrejas batistas e nas instituições (CBB, Seminários Teológicos e Juntas Missionárias) e constituiu problema não só para a membresia, mas para alguns líderes brasileiros que sofreram discriminação por conta da cor.

Segundo Pereira (2010), a maioria dos frequentadores na Igreja Batista da Bahia era negros e pardos. Há, contudo, ausência quanto a descrição da cor desses indivíduos na documentação. Elizete da Silva (2011) diz que o silêncio da cor na documentação dos batistas era uma forma de apagar as raízes africanas uma vez que as manifestações culturais desses eram consideradas pecaminosas. A autora ainda diz que, ao mesmo tempo em que a comunidade batista exercia uma atração religiosa para a população negra, ela também caminhou concomitante com o projeto político da elite republicana baiana, que era o de modernizar Salvador, do qual o ideal seria menos africano e mais europeu e americano.

A manifestação do racismo entre os missionários estava baseada nas convicções e práticas que foram absorvidas no sul estadunidense e mantidas no Brasil, ainda que não fosse revelada explicitamente, ou que em algum momento estabelecessem parcerias com os brasileiros, não excluindo o fato de que carregavam em si um complexo de superioridade.

Os missionários da Junta de Richmond detinham o controle das instituições batistas no Brasil e o racismo se manifestou até nas interações entre eles. Em 1917, o missionário William Entzminger solicitou que a Junta enviasse um “americano genuíno” para auxiliá-lo, substituindo o missionário Salomão Ginsburg (judeu). (CHAVES, 2020)

Entzminger deixou explícito seu racismo quanto às expectativas dos próprios brasileiros em uma de suas correspondências:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desde que voltei ao Brasil tenho voltado minha atenção para o preparo de jovens para o campo; rapazes para a pregação e moças para o ensino. Irmão Taylor recrutou um jovem, membro da igreja, que eu tenho continuado a ajudar. Esse é seu terceiro ano e ele se tornou um estudante diligente e tem feito um progresso maravilhoso. Sua utilidade futura, no entanto, é duvidosa. **Ele é um mulato escuro, o que é um obstáculo, de alguma forma, até aqui no Brasil.**(Correspondência de W.E. Entzminger para T.B. Ray, 12 de maio de 1917 apud CHAVES, 2020, p. 54) [grifo nosso]

Era, no entanto, uma questão levantada que caminhava paralela ao pensamento da elite brasileira e Entzminger a identificou e justificou como sendo “um obstáculo, de alguma forma, até aqui no Brasil” na tentativa, possivelmente, de mascarar seu racismo. Vale ressaltar que havia entre os batistas, embora poucos e que tiveram dificuldades para chegar a tal situação, pregadores de cor preta e parda. Ademais, havia um contexto social opressor e os próprios missionários tornavam mais difícil o acesso dos não brancos à liderança denominacional.

Oliveira (2011) destaca que historicamente, chamando a atenção, o primeiro líder da CBB foi um brasileiro, Francisco F. Soren, mas pode-se fazer algumas observações a essa posição dos missionários em colocar na liderança de um órgão centralizador um brasileiro. Algumas experiências de dissidências já vinham ocorrendo antes da criação da CBB e foram motivadas por conta da rejeição que alguns batistas brasileiros manifestaram quanto às atitudes dos missionários e colocar um brasileiro na liderança era, sem sombra de dúvida, estratégia para tentar assegurar a unidade, Paulo Siepierski (1993) chamou de “cabeça de ponte” a representatividade de Soren, por ser um pastor brasileiro e representar a Convenção Batista dos Estados Unidos naqueles momentos. Soren estaria atento às pautas dos pastores brasileiros, ao mesmo tempo que cuidaria de “apaziguar” quaisquer possíveis insurgências de convulsões que ameaçassem a ordem e a unidade das igrejas batistas brasileiras.

No entanto, a denominação não deixou de vivenciar e enfrentar os desafios da manutenção de sua unidade após a criação da CBB. Os confrontos internos que permearam os batistas desde os finais do século XIX continuaram presentes e em 1920 depararam com uma desavença que trouxe algumas consequências por conta de sua complexidade, provocando cisão entre os batistas, que ficou conhecida na história desses como Movimento Radical.

3. O MOVIMENTO RADICAL: um breve relato

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Movimento Radical foi iniciado por um grupo de batistas brasileiros, a partir de 1920, no Nordeste, como resposta aos descontentamentos às gerências e ao controle dos missionários americanos, ganhando proporção em outras regiões do Brasil. A designação de “radicais” foi dada pelos missionários, possivelmente como forma de demonstrar não só às demais lideranças e igrejas batistas que os brasileiros estavam sendo intransigentes.

Zózimo Trabuco (2009),fazendo uma análise sobre a insurgência do movimento, diz que quando os obreiros nacionais colocaram em prática o que havia aprendido com os próprios missionários, que somente a concordância com as Escrituras Sagradas dava legitimidade ou não a uma comunidade cristã e que nenhum homem nem instituição podem determinar a validade e práticas das crenças diante de Deus, agiram contra o domínio e controle dos missionários sem medo da cisão.

J. Reis Pereira (1982) diz que entre 1911 e 1920 foi crescente o número de membros nas igrejas batistas, considerando ser um período de prosperidade batista. Mas, sobretudo, o crescimento se dava concomitantemente aos confrontos entre missionários e brasileiros. Os desconfortos gerados na denominação iam desde a prática racista dos missionários aos conflitos relacionados ao comando dos americanos nas instituições.

Como exemplo dessa dominação, destaca-se a direção do seminário e do colégio batista em Recife, embora fossem mais antigos que os do Rio de Janeiro, ainda estavam sob o controle desses missionários. A estrutura de trabalho que foi projetada por eles deixava as igrejas batistas brasileiras sob a dependência financeira da Junta de Richmond. Embora alguns historiadores, analisando o movimento, digam que o problema dos brasileiros não era a questão da dependência financeira, mas, sobretudo, a falta de autonomia que não lhes era permitida para administrar os recursos.

Em 1912, quando alguns pastores iniciaram uma campanha para que as igrejas do nordeste pudessem garantir sua autonomia financeira, houve desconforto entre outros líderes e, quatro anos mais tarde, sem maiores consequências, houve nova desavença, quando surgiram questionamentos sobre a administração dos recursos que vinham por meio dos batistas dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2011)

Oliveira (2011) diz que o ponto crucial para o desencadeamento do movimento, embora alguns considerem só pretexto, foi o Dr. Alfredo Freyre, pai do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, ter sido eleito como professor no Seminário em Recife. Os brasileiros (batistas) alegaram que ele não era membro de igreja, apenas mantinha uma boa relação com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os missionários, no entanto não era um “crente professo” e afirmavam que os missionários tinham admitido no seminário “um professor incrédulo”. Essa situação gerou conflito entre os gestores do Seminário e do Colégio, ambos americanos, e foi levada à assembleia da CBB repercutindo não só no âmbito administrativo, mas no pessoal.

J. Alves Feitosa (1978) diz que os batistas do Nordeste encontraram a razão para iniciar o embate, discutir e “desabafar” o que consideravam injustiças praticadas pela “cúpula” da Missão de Richmond, que controlava o trabalho das igrejas, do qual dependia, em parte, o sustento financeiro e a nomeação do Dr. Alfredo Freyre; foi, talvez, o pretexto para se eclodir a luta. Para Marli G. Teixeira (1975), as questões levantadas desvelaram um anseio entre os nacionais quanto a discutir a respeito da independência, maturidade e reformulação das bases denominacionais, não era um problema só em termos pessoais entre os dirigentes, mas também de ordem organizacional quanto ao controle dos estrangeiros.

Os “radicais” não obtiveram êxito na assembleia da CBB em Recife, os missionários mantiveram Freyre como professor no Seminário, porém prosseguiram com as articulações e, em outubro de 1922, Adrião Bernardes escreveu um memorial assinado por 15 pastores e remetido aos missionários com a solicitação para que o trabalho no campo fosse descentralizado, passando a ter também a participação de brasileiros. (OLIVEIRA, 2011)

O documento foi respondido, assinado por 13 pastores com a promessa de que iriam estudar o caso, mas que a deliberação viria por meio da Junta de Richmond. Após a assembleia da Convenção Regional, Adrião foi escolhido secretário executivo, o que contrariava o desejo dos missionários, e isso gerou uma tensão maior, complicando a controvérsia e resultando em dois grupos: os que apoiavam os radicais e os “construtivos”, partidários dos missionários. (OLIVEIRA, 2011)

Essa situação culminou na saída de trinta jovens estudantes do Seminário do Norte e da Escola de Trabalhadoras Cristãs em 1923 por se posicionarem a favor dos brasileiros. O movimento, que inicialmente era regional, tomou proporção com reflexos em outras regiões do Brasil. Os brasileiros passaram a Convenção Regional e se tornaram majoritários em estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Em São Paulo criaram um periódico que aderiu à posição “radical” (LÉONARD, 2020).

Os missionários W.C Taylor, E. Hayes e L.L. Johnson, tidos como “luminares da denominação”, segundo Oliveira (2011), foram excluídos de suas igrejas na cidade de Recife.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um panfleto elaborado pelos batistas brasileiros, dirigido ao público em geral após revelar a expulsão desses missionários, dizia:

Eles abusaram da hospitalidade proverbial de seus anfitriões brasileiros e começaram a tratar batistas (brasileiros) como se fossem escravos, e por que esses protestaram contra o abuso de sua liberdade, ofereceram resistência desesperada...nós precisamos de estrangeiros que venham nos ajudar a crescer o nosso amado país, mas os que quiserem nos desnacionalizar para nos dominar serão resistidos; que estes americanos saibam que nós não nos vendemos. Reagir contra estes pregadores falsos do evangelho, estes americanos intrometidos, não é uma reação contra a religião evangélica, mas um dever patriótico.⁸

Era, no entanto, “nota informativa”, justificando o porquê de se chegar a tal situação, que possivelmente chamou a atenção não só da comunidade batista, mas de outros grupos religiosos ou não e apresentar à sociedade o posicionamento dessas igrejas seria a forma de tornar públicos os “abusos” dos missionários.

A situação já havia tomado rumos contrários àquilo que se definia entre os batistas, como a cooperação e a unidade das igrejas representadas pela CBB. A Convenção Regional ficou sob a direção dos radicais, os construtivos organizaram uma nova convenção. As igrejas da Paraíba tomaram a mesma postura e organizaram a Convenção batista da Paraíba, agregando as igrejas do Rio Grande do Norte e Ceará. Oliveira (2011) diz que talvez um dos grandes resultados desse movimento tenha sido a Assembleia Batista do Norte criada em 1924, que tinha por finalidade coordenar os problemas gerais do trabalho, estudar planos para o desenvolvimento da causa e ajudar a manter a unidade dos batistas. Organizaram também a Associação Batista Brasileira, que funcionou até 1938.

Os nacionais que haviam se desvinculado da CBB porque almejavam autonomia e gerenciavam as atividades fora do controle dos missionários acabaram se submetendo à outra instituição dos EUA. Para Marli G. Teixeira (1975) o que o movimento discutia era sua autonomia e gerência dos recursos, mas não a permanência do auxílio vindo por meio de estrangeiros.

O clima conflituoso que dividiu as opiniões e gerou novas instituições entre os batistas durou até 1936, representando ameaça de racha denominacional, embora líderes, como Antonio Mesquita, por exemplo, não o consideravam ameaça por não ter sido um problema de ordem doutrinário. Mesquita alegou a insurgência do movimento como protesto ao comportamento dos missionários que agiam como se fossem bispos e faziam o que bem

⁸ “Ao Publico” Correio Doutrinal I, no. 2 (1923): 18-19. *apud* CHAVES (2020, p. 63)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

queriam com o dinheiro, criando as desavenças porque havia disparidade na distribuição dos recursos. (TEIXEIRA, 1975)

Em 1936 as igrejas da Associação voltaram a se relacionar mais proximamente com a CBB, que aprovou as Novas Bases de Cooperação, que dizia:

Considerando que o critério adoptado nas constituições das Juntas desta Convenção que estabelece percentagem de brasileiros e missionários tem motivado sérios embaraços ao Trabalho Baptista no Brasil, que exige maior fraternidade, ao lado do leal entendimento e cordeal cooperação; considerando que os membros das Juntas devem ser escolhidos democraticamente pela Convenção, devendo os preconceitos de raça cederem lugar às virtudes dos caracteres verdadeiramente christãos; considerando que o critério para os membros da Junta desta Convenção deve consultar o preparo dos seus componentes, para a especialidade que cada um se destina; A COMISSÃO PROPÕE QUE SEJA ELIMINADA DORAVANTE A PERCENTAGEM ENTRE MISSIONÁRIOS E BRASILEIROS, NA CONSTITUIÇÃO DAS JUNTAS DA CONVENÇÃO BAPTISTA BRASILEIRA; FICANDO AUTOMATICAMENTE DISSOLVIDAS AS JUNTAS ACTUAS, AFIM DE QUE SEJAM ELEITAS AS NOVAS, NA BASE DA PRESENTE RESOLUÇÃO.⁹

Chaves (2020) diz que alguns motivos corroboraram o fato de os brasileiros do Movimento Radical se unirem aos missionários: havia uma pressão por parte da Junta de Richmond para conter qualquer ameaça de cisão denominacional; a crise financeira daquela época trazia certa “insegurança” para ambos os lados e, por último, boa parte de seus objetivos já haviam sido alcançados. Segundo o autor, o movimento não mudou o comportamento racista dos missionários, no entanto os “obrigou” a serem moderados em suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi apresentado, percebe-se que a interação dos missionários com os batistas brasileiros não foi sempre harmoniosa e a insatisfação permeou a denominação não só no Nordeste, mas em outras regiões do Brasil. Os conflitos foram gerados ao longo da história como reflexo quanto à maneira como os missionários procederam, reproduzindo o racismo e a mentalidade supremacista trazida do Sul dos EUA e reforçada na sociedade brasileira por meio da elite.

⁹O *Jornal Baptista*. Anno XXXVI. 9 de julho de 1936. N. 28. pp.5-6.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os teóricos que estudaram a História das Mentalidades¹⁰ afirmam que o *modo faciendi* de um grupo humano atravessa gerações e não se muda num espaço reduzido de tempo. A mudança acontece somente quando as novas perspectivas de vida surgem ou então quando há alteração em sua cosmovisão. Segundo estes teóricos, o processo de mudança é igualmente lento quanto o foi em sua formação e consolidação. O *modus faciendi* que os missionários trouxeram para o território nacional perdurou por muito tempo na denominação.

A tradição trazida pelos missionários influenciou o pensamento batista por meio de suas instituições que reproduziu na prática o racismo e o domínio em nome de um Evangelho supranacional, controlando e mantendo a vigilância destas instituições por muito tempo.

O movimento dos batistas brasileiro acabou provocando algumas mudanças que por certo não faziam parte tão cedo das pautas da CBB, contudo não ocasionou uma cisão, porém deixou marcas quanto ao fato de que alguns líderes mais conservadores não concordavam que o assunto fosse inserido nos compêndios de história dos batistas no Brasil. Isso talvez justifique a ausência dos fatos em *O Jornal Batista* nas edições nos anos em que o episódio ocorreu. Sobretudo o movimento deixou explícita a dialética “concentração” e “dispersão” presente na dinâmica das igrejas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro**. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Exodus, 1996.

BEZERRA, Benilton Carlos. **Interpretação panorâmica dos batistas**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1960.

CHAVES, João B. **O Racismo na História Batista Brasileira**. Uma memória inconveniente do legado missionário. Brasília: Conrado Editorial, 2020.

CRABTREE, A. R. **História dos batistas no Brasil até 1906**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

¹⁰ Sugestão de leitura para melhor compreensão do assunto: A sociedade feudal e Os reis taumaturgos de Marc Bloch; História: novos objetos de Le Goff e Guerreiros e camponeses de Georges Duby.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FEITOSA, José Alves. **Breve história dos batistas no Brasil**. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Souza Marques, 1978.

GONZALEZ, Justo. **E até aos confins da terra: uma história ilustrada do Cristianismo**. A Era dos dogmas e das dúvidas. São Paulo: Vida nova, 1982.

LÉONARD, Êmile G. **O protestantismo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2002.

MACHADO, José Nemésio. **A contribuição Batista para a Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

MESQUITA, Antonio N. **História dos batistas do Brasil de 1907 até 1935**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Um povo chamado batista: história e princípios**. 2.ed. revista e corrigida. Recife: Kairós Editora, 2011.

PEREIRA, Cristina Kelly da Silva. **Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais**. Revista Eletrônica Correlatio, n. n. 18 - Dezembro de 2010, (pp103).

PEREIRA, J. Reis. **Breve História dos Batistas**. Rio de Janeiro, Juerp, 1982.

SIEPIERSKI, Paulo. **Missionários protestantes no Brasil: dos primórdios ao Congresso do Panamá**. In: CARRIKER, C. Timóteo (Org.). **Missões e a igreja brasileira: perspectivas históricas**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1993.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia**. Salvador: Sagga, 2017.

TEIXEIRA, Marli Geralda. **Os batistas na Bahia (1882-1925): um estudo de história social**. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975.

TRABUCO, Zózimo A. P. **O Instituto Bíblico Batista do Nordeste e a construção da identidade batista em Feira de Santana (1960-1990)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.